

© dos autores
1ª edição 2006

Direitos reservados à Tomo Editorial Ltda.

A Tomo Editorial publica de acordo com suas linhas e conselho editoriais que podem ser conhecidos em www.tomoeditorial.com.br.

Série **Sociologia das Conflitualidades**

Coordenação

José Vicente Tavares dos Santos

Editor

João Carneiro

Diagramação

Tomo Editorial

Capa

*Atelier @Arte
sobre ilustração de Brigida Campbell*

Revisão

*Maria Rita Quintella
Paulo Campos
Sônia Taborda*

S678 Sociologia em transformação : pesquisa social do século XXI / Orgs.
Maria Stela Grossi Porto, Tom Dwyer. – Porto Alegre : Tomo
Editorial, 2006. – (Série Sociologia das Conflitualidades, II).

296 p.

ISBN 85-86225-46-0

I. Sociologia. 2. Conhecimento. 3. Fronteiras da Sociologia. 4.
Ideologia. 5. Crise da Modernidade. 6. Ciências Sociais. 7. Cultura. 8.
Sociologia ambiental. I. Título. II. Porto, Maria Stela Grossi. III. Dwyer,
Tom.

CDD 306.4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Vera Lucia Linhares Dias CRB-10/1316

Tomo Editorial Ltda. Fone/fax: (51) 3227.1021
tomo@tomoeditorial.com.br www.tomoeditorial.com.br
Rua Demétrio Ribeiro, 525 CEP 90010-310 Porto Alegre RS

Série
Sociologia das Conflitualidades
Vol. II

Sociologia em transformação – pesquisa social do século XXI

Organizadores:
Maria Stela Grossi Porto
Tom Dwyer

TOMO
EDITORIAL

Porto Alegre, 2006

Sumário

Introdução	07
------------------	----

PARTE I

CIDADE E MEIO AMBIENTE: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Cidade e cotidiano: uma reflexão sobre o Rio de Janeiro <i>Lucia Lippi Oliveira</i>	13
Patrimônio e segregação simbólica em Brasília <i>Brasilmar Ferreira Nunes</i>	23
Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade <i>Leila da Costa Ferreira</i>	35
Os desafios da interdisciplinaridade: a experiência do Procam-USP <i>Pedro Jacobi</i>	51
Espetacularização do patrimônio cultural urbano <i>Paola Berenstein Jacques</i>	57

PARTE II

PENSAMENTO SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E FRAGMENTOS HISTÓRICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Teoria empírica da estratificação social baseada no poder – uma visão geral <i>Archibald O. Haller</i>	63
A racionalidade da política brasileira na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz <i>Gláucia Villas Boas</i>	67
Pensamento social brasileiro e reflexividade social (questões de pesquisa) <i>André Botelho</i>	77
Heloísa Alberto Torres, Arthur Ramos e Marina de Vasconcellos na FNFi: conflitos e institucionalização das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro <i>Adelia Maria Miglievich Ribeiro</i>	87
Intelectuais precursores das ciências sociais em Alagoas <i>Alice Anabuki Plancherel</i>	111
A sociologia em Sergipe: do pionerismo à atualidade <i>Tânia Elias Magno da Silva</i>	133

PARTE III

AS NOVAS FACES DO TRABALHO: SINDICATOS, FLEXIBILIDADE E VULNERABILIDADE

As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação <i>Magda de Almeida Neves</i>	147
Desenvolvimento e região: novas questões para a pauta sindical? <i>Iram Jácome Rodrigues</i> <i>José Ricardo Ramalho</i> <i>Marco Aurélio Santana</i>	169
Flexibilização de direitos, flexibilização do emprego: um estudo comparado da indústria de eletrodomésticos de linha branca <i>Angela Maria Carneiro Araújo</i>	179
Os trabalhadores e a autogestão: pragmatismo e subjetividade <i>Jacob Carlos Lima</i>	211
Reestruturação produtiva e mercado de trabalho: evidências em duas cidades industriais brasileiras <i>Antonio Carvalho Neto</i> <i>Rafaela Veríssimo Costa</i> <i>Simone de Souza</i>	223

PARTE IV

NATUREZA E CULTURA: OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

Três reflexões (sobre os movimentos nas ciências contemporâneas e seus desafios para os paradigmas dominantes da sociologia) <i>Tom Dwyer</i>	241
A sociologia e a nanotecnologia <i>Julia S. Guivant</i>	245
NBIC: Paradigma ou propaganda? A ascensão das patentes e o fim do proce(gre)ssso científico <i>Jorge Alberto Quillfeldt</i>	253
Auto-organização e novos paradigmas: a física e a sociologia <i>Alfredo Gontijo</i>	275
Algumas observações a respeito das ciências contemporâneas <i>Gilson Lima</i>	281

HOMENAGEM PÓSTUMA

Discurso proferido pelo professor Octávio Ianni em agradecimento ao Prêmio Florestan Fernandes, 2003. Abertura do XI Congresso Brasileiro de Sociologia	289
--	-----

SOBRE OS AUTORES	293
-------------------------------	-----

Teoria empírica da estratificação social baseada no poder – uma visão geral

Archibald O. Haller

Os fenômenos de poder hierárquico que os sociólogos denominam “estratificação” talvez sejam o tema central da nossa disciplina e, sem dúvida, fornecem os dados para a área teórica que serve de base para milhares de publicações de pesquisas sobre questões específicas da desigualdade. Aprimoramentos dos conceitos de poder originais – cujos primeiros elementos já haviam sido apresentados no século XIV – quando combinados com pesquisas empíricas desenvolvidas na última metade do século XX, tornam possível agora, em princípio, criar uma teoria testável empiricamente, que descreve todas as estruturas desses fenômenos da maneira como existem e evoluem em qualquer sociedade mais ou menos estável.

O presente ensaio delinea, de maneira concisa, a história e o estado atual dessa teoria.

As primeiras formas da teoria, a partir de Ibn Khaldun, incluindo Marx, viam a estratificação como uma simples variável de poder dividida em dois estratos distintos, um com poder e o outro aparentemente sem poder.

A visão que Max Weber tinha do poder (Gerth e Mills, 1946) foi por ele expressa em termos categóricos como classes econômicas, partidos políticos e grupos de *status*, transformados por Sorokin (1927) em três variáveis – mais tarde classificadas como dimensões de conteúdo (Haller, 1970). Sorokin denominou-as estratificação econômica, política e social (ocupacional), assim como concebeu também duas dimensões estruturais (em nossas palavras). Ele as chamou de altura e perfil – da pirâmide de estratificação. Juntas, as dimensões de conteúdo e estruturais formaram a base conceitual para a teoria empírica que se desenvolveu plenamente durante os anos pós-Segunda Guerra Mundial.

Teóricos da década de 1960 (Svalastoga, 1965; Duncan, 1968) adicionaram novos elementos e tornaram o esquema conceitual de Sorokin mais claro. Atualmente, a teoria de nível macro de estruturas de estratificação societárias (Haller, 2000) é vista como constituída por quatro dimensões de conteúdo de poder (*status*) e seis dimensões estruturais. As quatro são a econômica, a política e a social de Sorokin, além daquela do poder informacional (na prática, educação) acrescentado por Duncan e Svalastoga. As seis dimensões estruturais aplicam-se a cada uma das quatro dimensões de conteúdo. Elas são parâmetros chamados de nível geral (tendência central que, com medidas intergeracionais, tem significado semelhante à mobilidade estrutural); grau de desigualdade (dispersão, como no desvio-padrão); cristalização (grau de intercorrelação das dimensões de conteúdo); herança (correlações intergeracionais de cada uma das dimensões de conteúdo, que é o anverso da mobilidade de circulação); estrutura modal (número de modas discretas nas distribuições de frequência) e medida de assimetria na distribuição de frequência (grau de assimetria).

O grau de estratificação de uma sociedade, do rígido ao aberto, é a combinação dos níveis de quatro das dimensões estruturais das dimensões de conteúdo. Os graus máximos são alta desigualdade rígida, alta cristalização, alta herança, grau de assimetria extremo, enquanto os mínimos são desigualdade aberta próxima de zero; cristalização próxima de zero; herança próxima de zero; grau de assimetria próximo de zero. (É claro que nenhum desses extremos é encontrado em nenhuma sociedade.)

As medições de cada uma dessas duas séries de dimensões teóricas são feitas agregando-se dados de amostras randômicas de indivíduos adultos.

Ligada à teoria de nível macro encontra-se a de nível micro, denominada subteoria de processos de alocação de poder (*status*) (Haller, 1982a), a qual descreve como, na trajetória individual de suas vidas, jovens agrupam-se em cada uma das dimensões de conteúdo – determinados deles em posições de grande influência, outros sem poder, e a maioria entre essas duas.

Em ordem causal, suas variáveis, algumas das quais operam simultaneamente, são: *status* atribuído (raça, cor, gênero); recursos (como o sustento provido pelos pais, etc.); habilidade acadêmica (como as medidas de QI); indicadores de *status* relevantes para os jovens, inspirados em seus *significant others* (no sentido dado pelas ciências sociais, modelos que ilustram possibilidades de *status* e pessoas com forte influência sobre os jovens, que lhes dizem direta ou indiretamente do que são capazes); níveis de aspiração de *status*; conquistas de *status* (trajetórias de *status* dos jovens, subseqüentes aos níveis iniciais) em cada dimensão de conteúdo. Essa cadeia de ligações causais foi testada repetidamente com dados americanos, produzindo resultados consistentes. Na verdade, sua capacidade de elucidar a variabilidade entre as posições iniciais de carreira dos jovens é extraordinariamente grande, explicando até cerca de 75% da variância em suas variáveis dependentes de *status*. Desde sua apresentação original (Sewell, Haller e Portes, 1969), muitos pesquisadores tentaram aprimorá-la ou substituí-la, evocando outras variáveis que julgaram convenientes – todas as vezes com resultados triviais.

De acordo com a teoria, o processo de alocação de *status* de uma sociedade subordina-se à estrutura de seu sistema de estratificação do período em que é considerado, e as estruturas de estratificação variam de maneira constante, embora lentamente, o tempo todo. Para uma determinada sociedade, os valores das ligações causais (medidos com *path coefficients*) irão variar de acordo com o grau em que os valores dos parâmetros estruturais de cada dimensão de conteúdo tenderem aos indicadores de valores de um grau maior ou menor de estratificação, hipótese que foi parcialmente testada com dados brasileiros. No que se refere a essa questão, as descobertas tendem a corroborá-la (Haller, 1982b).

Ambas – a teoria de nível macro da estrutura de estratificação baseada no poder e a subteoria de nível micro dos processos de alocação de poder – são o cerne da teoria geral da estratificação. As duas outras partes da mesma constituem as causas da variação das estruturas de estratificação e as conseqüências dos estados e das variações tanto da teoria de nível macro quanto da subteoria de nível micro.

No que diz respeito às causas, a chamada “hipótese de desestratificação induzida pelo desenvolvimento”, que tem duas formas diferentes (Treiman, 1960; Lenski, 1966), é a única teoria corrente que possibilita explicar por que as estruturas de estratificação variam. A hipótese foi parcialmente testada com dados brasileiros, e os resultados mostraram-se negativos (Haller, 1982b). De qualquer maneira, recente evidência empírica sugere que os níveis de desenvolvimento das nações consistem em duas dimensões quase ortogonais, e não apenas em uma, como se supunha. A consideração desse fato, junto a cada dimensão de conteúdo e a cada dimensão estrutural, sugere que uma avaliação séria do efeito do

desenvolvimento societário sobre as estruturas de estratificação societárias requer testes de um total de 39 diferentes hipóteses específicas (Haller e Sharda, 2005).

As conseqüências dos estados e das variações estruturais da estratificação e dos estados e variações das posições de *status* individuais são muitas e variadas, e a teoria prevê que sua força irá variar com as mudanças da estratificação. Há um grande número de publicações nas quais avaliações dos resultados de pesquisas, feitas no passado, revelaram que diferenças de *status* entre indivíduos estão, pelo menos moderadamente, correlacionadas a uma ou mais das muitas variáveis dependentes – atitudes sociais, saúde mental, anomia, etc. Tais conclusões provavelmente são incontestáveis se a estrutura do sistema de estratificação não mudar. Mas elas próprias certamente deverão mudar se houver mudanças na estrutura.

A anomia é um caso interessante. Sua relação com o *status* social foi testada com dados americanos. Resultado: não foi encontrada absolutamente nenhuma correlação. No entanto, os Estados Unidos têm uma estrutura de estratificação relativamente aberta, com um nível de cristalização baixo. Assim, não é, de maneira alguma, incomum que os indivíduos tenham *status* relativos às quatro dimensões de conteúdo muito diferentes. Mas em uma sociedade altamente estratificada, qualquer pessoa cujas condutas não estiverem em conformidade com as das outras seria uma delinqüente. E são os delinqüentes que, provavelmente, mais recebem respostas confusas e discrepantes daqueles com quem interagem e que podem passar pela experiência de severos preconceitos estereotipados e discriminações, o que poderia muito bem ser uma fonte de anomia.

No que diz respeito às conseqüências de mudanças rápidas na estrutura do sistema de estratificação de uma sociedade, foi levantada a hipótese de que essas poderiam muito bem produzir uma confusão entre diversos grupos e em indivíduos que teriam capacidade, por sua vez, de produzir reações anômicas difusas e, em alguns casos, inquietação social.

Para concluir, reafirma-se que a estratificação, cujos efeitos atingem continuamente o sujeito, é uma das estruturas mais preponderantes da sociedade. Na verdade, de maneira vaga, todos sabem algo sobre ela: as pessoas falam em "classe" o tempo todo. Entretanto, conceitualizar tais fenômenos de uma maneira que facilite uma compreensão profunda de como funcionam é outra questão bem diferente. É disso que trata a atual teoria. Vista como um todo, a teoria da estratificação fornece os conceitos que indicam o que são hierarquias sociais, como podem variar, por que variam, como os indivíduos se agrupam em suas posições e trajetórias diferentes e que diferenças elas fazem para os indivíduos e para a sociedade mais ampla. Faz isso de tal maneira, que se presta a testes empíricos de cada uma de suas partes, por meio de métodos já bem conhecidos da sociologia quantitativa.

Em meados da década de 1950, o grupo de pesquisa que integrávamos começou a desenvolver as linhas iniciais da subteoria de processos de alocação de *status*. Como todo mundo na época, o grupo presumiu que o próprio sistema de estratificação em que os processos ocorrem era estável. Mas mais ou menos na mesma época um fato chamou a atenção: era provável que o sistema de estratificação tradicional do Brasil se desenvolvesse rapidamente em novas formas. E, se isso fosse válido para o Brasil, provavelmente o seria para todos os lugares. Mas ninguém, exceto Sorokin, uma geração antes (de sua própria maneira nebulosa), tinha qualquer noção de como pensar sistematicamente sobre tais mudanças evolutivas de estruturas de estratificação. Isso constituía uma questão séria para a subteoria, em desenvolvimento na época, de processos de alocação de *status*, que supunha que as pessoas encontrariam a mesma estrutura de estratificação em toda a sua vida. Assim, decidi vir ao Brasil e deixar minha mente trabalhar com base na experiência brasilei-

ra. Em 1962, fiz exatamente isso e, desde então, continuei a fazê-lo sempre. No final da década de 1960, a teoria macro de Svalastoga e Duncan foi aprimorada, junto com nossa própria pesquisa no Brasil, tendo resultado no estado atual da teoria da estratificação.

Referências

DUNCAN, O. D. (1968). Social Stratification and Mobility: Problems in the Measurement of Trend. In: SHELDON, E. B.; MOORE, W. E. *Indicators of Social Change: concepts and instruments*. Nova York: Russell Sage, p. 673-719.

GERTH, H.; MILLS, C. W. (1946). In: *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova York: Oxford University Press. Passagem traduzida, editada e denominada *Class, Status and Power*. Extraído dos textos de Weber escritos no início do século XX, p. 180-195.

HALLER, A. O. (1970). Changes in the Structure of Stratification. *Rural Sociology* n.35, p. 469-487.

_____. (1982a). Reflections on the Social Psychology of Status Attainment. In: HAUSER, R. M.; MECHANIC D.; HALLER, A. O.; HAUSER, T. S. *Social Structure and Behavior: Essays in Honor of William Hamilton Sewell*. Nova York: Academic Press, p. 3-28.

_____. (1982b). *Processes of Social Stratification: Influences of Economic Development*. Relatório final para a National Science Foundation.

_____. (2000). Societal Stratification. In: BORGATTA E. A.; MONTGOMERY, R. J. V. *Encyclopedia of Sociology*. Vol. 4. Nova York: MacMillan Reference USA, p. 2864-2874.

_____; SHARDA, B. D. (2005). Theory of National Development and Societal Stratification. *Population Review* n. 44.

LENSKI, G. (1966). *A Theory of Social Stratification*. Nova York: McGraw-Hill.

SEWELL, W. H.; HALLER, A. O.; PORTES, A. (1969). The Educational and Early Occupational Attainment Process. *American Sociological Review* 34, p. 82-92.

SOROKIN, P. A. (1927). *Social Mobility*. Nova York: Harper.

SVALASTOGA, K. (1965). *Social Differentiation*. Nova York: Mc Kay.

TREIMAN, D. J. (1970). Industrialization and Social Stratification. In: LAUMAN, E. O. (coord.). *Social Stratification for the 1970s*. Indianápolis: Bobbs-Merrill, p. 207-234.

A racionalidade da política brasileira na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz

Gláucia Villas Bôas

Dizer então que nossa política é irracional não tem sentido; ela tem sua racionalidade interna que é preciso descobrir e que é forçosamente diferente da dos fenômenos políticos de outros países.
Maria Isaura Pereira de Queiroz (1955)

Pode parecer ironia, ou algo muito exótico, publicar um artigo sobre a racionalidade da política brasileira no momento em que o Brasil assiste, estarrecido, ao descalabro da corrupção e se espanta com a falta de credibilidade dos políticos e das instituições políticas nacionais. Mas, justamente por isso, a leitura da versão dada por Maria Isaura Pereira de Queiroz às peculiaridades da política brasileira, tematizando a trama que envolve a compra de votos e os interesses que sustentam as instituições democráticas, pode servir de referência para o entendimento dos atuais caminhos da política brasileira. Eis, então, o que argumenta a autora relativamente à “lógica” da política brasileira.

Quando a Sociedade Brasileira de Sociologia realizou seu primeiro congresso na cidade de São Paulo, em 1954, Maria Isaura apresentou um trabalho que destoava do temário proposto aos congressistas. Chamava a atenção para a escassez dos estudos dos fatos políticos, enquanto seus colegas ocupavam-se do ensino e da pesquisa sociológica, ou do tema da mudança e organização social. Ao expor “Contribuição para o Estudo da Sociologia Política no Brasil”, naquela ocasião, marcou as posições teóricas e conceituais que viriam fundamentar uma de suas áreas de maior interesse de pesquisa, pouco comum na sociologia dos anos de 1950. Tomando à risca o ponto de vista sociológico de que é na vida associativa que se deve procurar os motivos de entendimento e compreensão das relações de mando e obediência, Maria Isaura discordou veementemente da perspectiva liberal que via nas idéias e ideologias políticas os motores do poder e das estruturas de dominação:

“Os estudos de política entre nós são histórias das idéias políticas que os brasileiros foram buscar no estrangeiro e tentaram implantar nesta terra, no afã de dar ao país uma fisionomia à altura do progresso mundial: coladas como etiquetas a diversos acontecimentos históricos, sugeriram aos estudiosos problemas que são quebra-cabeças para quem procura esclarecê-los de acordo com tais ideologias, mas que se simplificam se estudados sem uma idéia preconcebida, observando-se apenas o que se passou na realidade.” (*Anais*, 1955, p. 216)

Tão simples assim não deveriam ser os estudos sobre as relações de poder, mas é certo que, em 1954, Maria Isaura advertia que a compreensão da lógica da vida política brasileira